

Geografia e Meio Ambiente

**Fernanda Pereira Martins
Raquel Balli Cury
(Organizadoras)**



Atena
Editora

Ano 2021

Geografia e Meio Ambiente

Fernanda Pereira Martins
Raquel Balli Cury
(Organizadoras)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abráao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Fernanda Pereira Martins
Raquel Balli Cury

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia e meio ambiente / Organizadoras Fernanda Pereira Martins, Raquel Balli Cury. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-763-5

DOI 10.22533/at.ed.635212901

1. Geografia. 2. Interconexões. 3. Práticas. I. Martins, Fernanda Pereira (Organizadora). II. Cury, Raquel Balli (Organizadora). III. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O espaço geográfico, objeto da ciência geográfica, constitui-se em palco onde as atividades humanas se desenvolvem e se inter-relacionam com a natureza numa perspectiva sinérgica e complexa, tendo, para tanto, respaldo direto sobre o meio ambiente, influenciando e sendo por este influenciado.

Para que atuação do homem se dê de maneira equilibrada e efetiva dentro das relações em curso no espaço geográfico, é necessário ampliar a sua consciência sobre as características deste espaço, bem como os efeitos advindos da sua atuação sobre o mesmo. Portanto, torna-se imprescindível oportunizar e expandir cada vez mais o debate científico acerca da Geografia e o Meio Ambiente.

Nesta perspectiva, apresentamos esta obra, na qual competentes profissionais puderam divulgar suas pesquisas e suas reflexões, compondo um total de vinte (20) capítulos.

Agradecemos aos autores por fazerem desta obra um prolífico palco de discussões através de relatos de experiências pedagógicas, estudos de casos e revisões bibliográficas compostas pelos mais variados saberes associados à Geografia e Meio Ambiente.

Esperamos que o resultado dos estudos publicados com todo zelo e cuidado pela Atena Editora possam estimular o pensamento crítico acerca da temática em foco, a qual carece de maior atenção nos dias atuais.

Fernanda Pereira Martins e Raquel Balli Cury

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ABORDAGENS DE ALGUMAS LIVES E WEBINARES DE BIOGEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DURANTE A COVID-19

Edinéia Vilanova Grizio-Orita

Leonardo Rodrigues

Victória Jandira Bueno

DOI 10.22533/at.ed.6352129011

CAPÍTULO 2..... 13

O ENSINO DA GEOGRAFIA ACOLHEDORA NA EJA EM UM MUNDO COMANDADO PELO CAPITALISMO FINANCEIRO

Elieil Ribeiro dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.6352129012

CAPÍTULO 3..... 25

A FOME E A POBREZA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Vanessa Maria Ludka

Mariana Pereira da Silva

Sérgio Augusto Pereira

DOI 10.22533/at.ed.6352129013

CAPÍTULO 4..... 39

A INFLUÊNCIA DAS VARIAÇÕES DA TEMPERATURA DO MAR DO PACÍFICO TROPICAL NO CLIMA DE JANUÁRIA/MG

Ewerton Ferreira Cruz

Alecir Antonio Maciel Moreira

José Henrique Izidoro Apezteguia Martinez

DOI 10.22533/at.ed.6352129014

CAPÍTULO 5..... 52

A LUTA PELA ÁGUA NO SEMIÁRIDO BAIANO: O PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS TRACEJADO PELO PROJETO CISTERNAS

Vinícius Rios da Silva

Lilian da Mota Silva Cerqueira

Alessandra Oliveira Teles

DOI 10.22533/at.ed.6352129015

CAPÍTULO 6..... 65

A PERMACULTURA URBANA E OS NEXOS COM AS MICROCERVEJARIAS INDEPENDENTES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DO CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO

Milena Fernandes Zorzi

Francisco Fransualdo de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.6352129016

CAPÍTULO 7	84
AGRICULTURA URBANA, POLÍTICAS ALIMENTARES URBANAS E AS GEOGRAFIAS ALIMENTARES ALTERNATIVAS	
Bruno Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6352129017	
CAPÍTULO 8	101
ANÁLISE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE MEL PELA AGRICULTURA FAMILIAR DE GUARAPUAVA-PR	
Cézar Pereira	
Mario Zasso Marin	
DOI 10.22533/at.ed.6352129018	
CAPÍTULO 9	114
AUTOGOVERNANÇA OU DEPENDÊNCIA DO PODER PÚBLICO? O 'CAMINHO DO VINHO' NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (PARANÁ, BRASIL)	
Clotilde Zai	
Cicilian Luiza Löwen Sahr	
DOI 10.22533/at.ed.6352129019	
CAPÍTULO 10	129
"CÉLULAS" DEVORADORAS: <i>O CANCRO SAPIENS SAPIENS E A QUESTÃO AMBIENTAL</i>	
Ednaldo Emilio Ferraz	
José Ferreira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.63521290110	
CAPÍTULO 11	141
DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA A CONSOLIDAÇÃO DO SETOR AGROINDUSTRIAL: A TERRITORIALIDADE DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL	
Tiago Ribeiro de Souza	
Sergio Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.63521290111	
CAPÍTULO 12	146
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS CHUVAS NA MALHA URBANA DE CATALÃO (GO) EM 2016-2017	
Ayr Carvalho Costa	
Rafael de Ávila Rodrigues	
Leonardo Ferreira Prado	
DOI 10.22533/at.ed.63521290112	
CAPÍTULO 13	160
ESPAÇOS DE RISCO EM ANGRA DOS REIS/RJ: UM ESTUDO SOBRE FREQUÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO DAS CHUVAS	
Gabriela Fernandes Santos Alves	
Heitor Soares de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.63521290113	

CAPÍTULO 14.....	169
MONITORAMENTO AMBIENTAL DE METAIS PESADOS EM BRIÓFITAS PELA ANÁLISE DE ESPECTROMETRIA DE ABSORÇÃO ATÔMICA – AAS EM GUARAPUAVA, PR	
Glauco Nonose Negrão	
Ricieli Maria François dos Santos	
Breno Henrique Marcondes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.63521290114	
CAPÍTULO 15.....	180
RESÍDUOS SÓLIDOS: ABORDAGEM GERAL	
Carolina dos Santos Camargos	
Fernanda Pereira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.63521290115	
CAPÍTULO 16.....	193
RIO QUENTE PAISAGEM E OS LUGARES	
Joel Cândido dos Reis	
Rildo Aparecido Costa	
DOI 10.22533/at.ed.63521290116	
CAPÍTULO 17.....	201
SENDO DE PERTENCIMENTO E INCLUSÃO DO INDIVÍDUO NO TERRITÓRIO: ANÁLISE DE AÇÕES SOCIAIS EM PROGRAMA HABITACIONAL EM UBERLÂNDIA-MG	
Demóstenes Coutinho Gomes	
Anderson César Fernandes	
Cláudia Dias de Souza	
Fabrício Pelizer de Almeida	
Filipe Augusto Silva de Almeida	
Lis de Fátima Fernandes Soler	
Luiz Humberto de Freitas Souza	
Moisés Keniel Guilherme de Lima	
Otávio Amaro de Oliveira Silva	
Plínio Scheucher	
DOI 10.22533/at.ed.63521290117	
CAPÍTULO 18.....	217
TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E ENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO NOS COCAIS E NA PLANÍCIE LITORÂNEA NO PIAUÍ	
Josenildo de Souza e Silva	
Jussara Gonçalves Souza e Silva	
Maria Irenilda de Sousa Dias	
DOI 10.22533/at.ed.63521290118	
CAPÍTULO 19.....	229
UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE OS ASPECTOS DO CLIMA URBANO	
Ayr Carvalho Costa	
Marina da Silva Santos	

Rildo Aparecido Costa
Rafael de Ávila Rodrigues
Paulo Cesar Mendes

DOI 10.22533/at.ed.63521290119

CAPÍTULO 20	270
ADMINISTRACION DE CALETAS PESQUERAS EN CHILE BAJO LA LEY N°21.027 Guillermo Martínez-González Marcelo Martínez-Fernández Christian Díaz-Peralta DOI 10.22533/at.ed.63521290120	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	307
ÍNDICE REMISSIVO	308

CAPÍTULO 17

SENDO DE PERTENCIMENTO E INCLUSÃO DO INDIVÍDUO NO TERRITÓRIO: ANÁLISE DE AÇÕES SOCIAIS EM PROGRAMA HABITACIONAL EM UBERLÂNDIA-MG

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 14/12/2020

Demóstenes Coutinho Gomes

Universidade de Uberaba – UNIUBE
Uberlândia-MG
<http://lattes.cnpq.br/6570463808436611>

Anderson César Fernandes

Departamento Municipal de Água e Esgoto -
DMAE
Uberlândia-MG
<http://lattes.cnpq.br/2383595688359761>

Cláudia Dias de Souza

Caixa Econômica Federal - CEF
Uberlândia
<http://lattes.cnpq.br/2629685223242890>

Fabrcio Pelizer de Almeida

Universidade de Uberaba – UNIUBE
Uberlândia-MG
<http://lattes.cnpq.br/0953990608927300>

Filipe Augusto Silva de Almeida

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia-MG
<http://lattes.cnpq.br/6119775988548842>

Lis de Fátima Fernandes Soler

Caixa Econômica Federal - CEF
Uberlândia
<http://lattes.cnpq.br/0890987297735042>

Luiz Humberto de Freitas Souza

Departamento Municipal de Água e Esgoto -
DMAE
Uberlândia-MG
<http://lattes.cnpq.br/5446894144332539>

Moisés Keniel Guilherme de Lima

Universidade de Uberaba – UNIUBE
Uberlândia-MG
<http://lattes.cnpq.br/8802471471940014>

Otávio Amaro de Oliveira Silva

Caixa Econômica Federal - CEF
Uberlândia

Plínio Scheucher

Departamento Municipal de Água e Esgoto -
DMAE
Uberlândia-MG

RESUMO: Projetos de habitação de interesse social contribuem favoravelmente para o desenvolvimento social e sustentável dos centros urbanos. Contudo, deve-se analisar a dinâmica social e a inclusão do indivíduo no território. Estudos focados na ampliação da identidade de moradores são úteis para o aumento da qualidade de vida dos indivíduos, além de proporcionar condições de dignidade e cidadania. Os dados foram coletados por meio de análise documental e também por entrevistas com importantes atores de projetos sociais. A partir da análise das ações implantadas, identificou-se técnicas assertivas na execução de projetos sociais, de forma a aumentar a identidade dos moradores e o senso de pertencimento em relação ao território ocupado. As ações desenvolvidas neste estudo podem ser replicadas e implantadas em outros empreendimentos de grande porte.

PALAVRAS - CHAVE: Pertencimento – Identidade – Território – Social – Projeto

SENSE OF BELONGING AND INCLUSION OF THE INDIVIDUAL IN THE TERRITORY: ANALYSIS OF SOCIAL ACTIONS IN A HOUSING PROGRAM IN UBERLÂNDIA-MG

ABSTRACT: Housing projects of social interest contribute favorably to the social and sustainable development of urban centers. However, it is necessary to analyze the social dynamics and the insertion of the individual in the territory. Studies aimed at expanding the identity of residents are useful to increase the quality of life of individuals, in addition to providing conditions of dignity and citizenship. Data were collected through documentary analysis and also through interviews with important actors in social projects. From the analysis of the actions implemented, the assertive techniques in the execution of social projects were identified, in order to increase the identity of the residents and the sense of belonging in relation to the occupied territory. The actions developed in this study can be replicated and implemented in other large enterprises.

KEYWORDS: Belonging – Identity – Territory – Social – Project

1 | INTRODUÇÃO

A Habitação de Interesse Social – HIS, foi criada em Helsinki, na Finlândia, em 1909. Posteriormente, alguns projetos semelhantes também foram empregados nos Estados Unidos da América e na Europa, em decorrência, principalmente, da Segunda Guerra Mundial. O objetivo dos projetos de habitação social pós-Guerra foi abrigar pessoas que foram prejudicadas pelos conflitos. De acordo com Cardoso (2018) a HIS pode ser entendida por um tipo de habitação destinada à população cujo nível de renda dificulta ou impede o acesso à moradia através dos mecanismos normais do mercado imobiliário.

No Brasil, conforme publicação de Cardoso (2018) a HIS iniciou-se durante o período do regime militar, por meio de um processo onde se buscava a erradicação de favelas. O epicentro foi o Rio de Janeiro, mas foi espalhado por várias capitais brasileiras. No ano de 1974 esse programa foi interrompido e iniciou-se um programa federal voltado para a urbanização de favelas, o Promorar – Programa de erradicação de sub-moradias. O Promorar além de marcar uma alteração da visão do Estado em relação às favelas, também contribuiu para a criação de Áreas Especiais de Interesse Social.

Após a extinção do BNH – Banco Nacional de Habitação em 1986, a urbanização de favelas passou a ser assumida por governos locais. No Rio de Janeiro destacou-se o programa Cada Família um Lote, durante os anos 80, seguido pelo programa Favela Bairro da década de 90. Belo Horizonte lançou o programa Pró Favela, e Recife o ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social. Em São Paulo foi lançado o Funaps – Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal. Foram lançados outros programas locais como o Pre-Urb de Santo André e diversos programas com várias nomenclaturas, contudo, com o mesmo propósito.

Ainda segundo Cardoso (2018), durante o governo Itamar Franco as iniciativas federais tiveram maior continuidade com a criação do Programa Habitar Brasil, que

utilizava verbas oriundas do OGU – Orçamento Geral da União. O programa foi mantido e reestruturado durante o governo Fernando Henrique, nesta etapa utilizou-se recursos do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento para continuidade dos serviços.

Em virtude dos resultados positivos, decidiu-se pela necessidade da ampliação destes programas sociais. Vários projetos de saneamento em comunidades de baixa renda foram executados com o apoio do Banco Mundial. Em vários projetos também se optou por utilização de tecnologias alternativas e sustentáveis, como no caso do programa Prosanear que atuou em 15 cidades. Entretanto, em vários municípios identificou-se problemas na gestão de obras de urbanização de favelas, o que comprometeu a execução do objeto, além de acarretar um endividamento público.

Durante o governo Lula foi criado o Pró-Moradia, que implementou projetos com a utilização de recursos do FGTS. Também foi criado o PAR – Programa de Arrendamento Residencial. Mantendo-se foco na área de habitação popular, criou-se diversos programas sociais de ampla abrangência, tais como o Projeto Moradia. Em 2005 foi criado o SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. A partir de 2006 foi criado o FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse social com recursos do Orçamento Geral da União – OGU. Em 2007 foi criado o PAC – programa de aceleração do crescimento, cujos recursos foram destinados preferencialmente aos governos locais, para urbanização de assentamentos precários.

Os recursos utilizados no PAC foram captados das fontes: recursos da União (orçamento do governo federal), capitais de investimentos de empresas estatais (exemplo: Petrobrás) e investimentos privados com estímulos de investimentos públicos e parcerias. Ao lançar o PAC, o governo federal anunciou uma série de medidas cujo principal objetivo foi favorecer a implementação de projetos de infraestruturas e habitação. Entre estas medidas, destacou-se a desoneração tributária para alguns setores, medidas na área ambiental para dinamizar o marco regulatório, estímulo ao financiamento e ao crédito, além de ações de longo prazo na área fiscal e financeira.

Em 2011 foi lançada a segunda fase do programa pelo governo Dilma, O PAC 2, este programa teve os mesmos objetivos do anterior, contudo, teve aporte de novos recursos, aumentando a parceria com Estados e Municípios. De acordo com Cardoso (2018) entre os anos de 2011 e 2014, o Governo Federal, por intermédio do PAC 2, fez investimentos da ordem de R\$ 955 bilhões. Estes investimentos foram importantes para geração de empregos, além de melhorar a infraestrutura e garantir o desenvolvimento econômico em todas as regiões do Brasil.

Hoje, observa-se que empreendimentos de habitação de interesse social - HIS, vinculados às políticas públicas no Brasil, têm sido executados em larga escala, com a criação de empreendimentos com alta densidade populacional, com a implantação de programas sociais pré-definidos.

21 SITUAÇÃO DO INDIVÍDUO NO TERRITÓRIO

A inserção abrupta do indivíduo nos imóveis muitas vezes ocasiona diversos problemas de identidade. As famílias beneficiadas, que imediatamente são submetidas às regras dos programas habitacionais (sob pena de perda do benefício), devem se apropriar do território e adaptar-se de maneira acelerada. A ocupação destes territórios ocorre de maneira apressada e simultânea por diversos indivíduos. Estas pessoas iniciam o processo de habitação em áreas em formação, onde devem conviver com pessoas advindas de experiências culturais, sociais e territoriais diversas. Estas divergências impactam na apropriação do novo espaço e dificultam o senso de pertencimento dos novos moradores. Tais fatores ocasionam limitação do desenvolvimento territorial e dificultam a fixação das famílias no território.

No presente trabalho aborda-se a identidade e senso de pertencimento, pois esta construção conceitual implica adoção de diferentes posturas diante do desenvolvimento territorial. Por meio de entrevistas e análise documental de processos habitacionais na Caixa Econômica Federal (CEF), realizou-se uma pesquisa de fatores que impactam na fixação do ser humano no território.

Utilizou-se o conceito apresentado por Soares (2019) para caracterização de grupos na dinâmica territorial, ou seja, vários indivíduos que alteram a dinâmica regional e que definem e redefinem o novo espaço político geográfico do desenvolvimento territorial. Neste contexto, também devem ser considerados os laços anteriores de cada indivíduo, pois diversas pessoas se sentem pertencentes a outros territórios e possuem vínculos com localidades anteriormente habitadas, sejam eles culturais, religiosos, históricos e geográficos.

O território assume uma dimensão simbólica, cultural, a partir da identidade que os grupos sociais atribuem ao espaço em que vivem. Paralelamente, o território é estabelecido por um mecanismo político-disciplinar, que controla e domina os indivíduos através das redes, que na maioria das vezes são hierárquicas. Da fusão destas duas forças, observa-se a construção do caráter político-cultural na análise do território e da sua identidade.

A identidade com o território pressupõe a realização de experiências que estabeleçam vínculo histórico, simbólico, cultural, emocional, afetivo ou político-hierárquico com o território. A partir destes conceitos, se entende que num primeiro momento os novos espaços geográficos criados artificial e verticalmente pelos programas nacionais de habitação surgem apenas com a dimensão político-hierárquica pré-estabelecida e não atendem inicialmente as vertentes simbólicas que criam identidades. Como consequência, também não propiciam o senso de pertencimento ao novo território, até mesmo porque este não está ainda consolidado em todas as suas dimensões.

Fischer (2019) aponta que todo ser humano constrói sua identidade ao longo da vida e constantemente a reconstrói conforme seu amadurecimento, suas experiências e as

fases que vive. A identidade anterior não se apaga, não se esquece, apenas é reconstruída. Ao longo de sua existência, o ser participa voluntaria ou involuntariamente de vários grupos tais como família, escola, bairro, amigos e contatos profissionais. Quando se sente pertencente a algum destes grupos, há um vínculo afetivo e de identidade do indivíduo em relação ao grupo. Entende-se que a identidade territorial se desenvolve a partir do senso de pertencimento ao grupo do território, e na maior parte das vezes, acontece de forma automática, sem uma reflexão do indivíduo acerca da importância que este grupo tem na sua vida.

Por outro lado, segundo Saquet e Briskievicz (2009) territorialidade refere-se às relações diárias do indivíduo ou de um grupo social com seu meio exterior, ou seja, relações sociais, econômicas, políticas e culturais. As experiências que cada indivíduo estabelece com seu território influenciam na construção desta identidade territorial.

A relação de identidade e desenvolvimento territorial também deve ser considerada. França Filho (2019) demonstra a importância de se levar em consideração a superação das formas convencionais do desenvolvimento ao abordar algumas noções-chave como governança democrática, gestão territorial, solidariedade econômica e redes locais de economia solidária. Para isso, deve-se manter uma abordagem através de desenho de estratégia política de gestão solidária de territórios.

Para Gottmann (2012), a significância do território é dada pelo seu desenvolvimento e pelas abordagens da gestão política territorial e das redes locais. O desenvolvimento do território é um ponto chave para a permanência da população em determinada localidade e para a consolidação do senso de pertencimento.

Fischer (2019) ainda descreve que as relações de vínculo humano com o território podem ser implantadas por organizações sociais, tais como ONG's e também por meio de mobilizações coletivas. A gestão de territórios é fundamental para a ocorrência destas mobilizações sociais, que ocorrem em grande parte por meio de lideranças comunitárias, guiadas por ideais de mudança.

Boghossian (2006) afirma que construção social não se baseia no interesse individual, mas no interesse coletivo de um grupo de pessoas com mesmos valores e necessidades. A construção social pode ser implantada de forma eficiente se houver uma gestão social correta.

A gestão social é uma das marcas que um trabalho social bem executado deve deixar na comunidade. Tenório (1998) afirma que a identificação de lideranças, de meios e de como agir, deve ser a chave para o sucesso de uma comunidade. A governança social é antagônica em relação à gestão centralizadora e monocrática, pois se trata de um gerenciamento participativo e democrático, no qual a decisão é construída por toda sociedade envolvida no processo e tais decisões são validadas pelo consenso social formulado por indivíduos que vivenciam as reais demandas sociais.

3 | CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Nos programas de habitação de interesse social, especialmente os empreendimentos de grande porte, devido à ausência de senso de pertencimento, pode-se observar vendas, negociatas de aluguéis ilegais ou transformação destas edificações em comércio. As classes mais baixas enfrentam problemas de mobilidade e de gestão urbana. A concepção dos programas sociais geralmente é abordada do ponto de vista exclusivamente técnico e não como o resultado de um processo social e territorial que abrange fatores como uso e ocupação do solo, densidades populacionais, distribuição sócio espacial, localização de investimentos públicos e privados, além de conflitos de interesses e decisões políticas. FAVARETO *et al.* (2019).

As desigualdades se manifestam na localidade, na mobilidade urbana, no acesso ao trabalho, lazer e educação. Novos empreendimentos populares são usualmente construídos às margens da cidade. A obrigação de moradia, faz com que muitas famílias desistam do sonho da casa própria em troca do conforto da infraestrutura urbana e social que encontram onde já residem.

Basta consultar as redes sociais para encontrar anúncios de venda de imóveis de habitação social – faixa 1. Visitas aos bairros também revelam que vários imóveis não cumprem mais a função social, sendo transformados em imóveis com finalidades diversas ao propósito residencial, tais como comércios e igrejas. Na Figura 1 pode-se observar anúncios de vendas de imóveis de interesse social do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV – FAR).

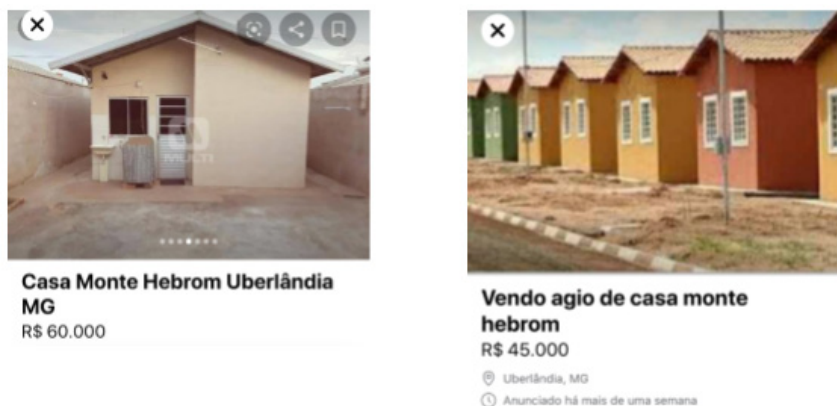


Figura 1: Casas do Minha Casa Minha Vida Faixa 1 – FAR - Residencial Monte Hebron sendo anunciadas em rede social.

Fonte: Facebook (2020)

No bairro Shopping Park também se nota vendas ilegais (Figura 2).



Figura 2 – Casa do Programa Minha Casa Minha Vida (Faixa I) – FAR – Residencial Shopping Park anunciada em rede social.

Fonte: Facebook (2020)

Amore *et al.* (2015) descreve sobre a dinamização dos mercados de terra, onde o pouco controle sobre a valorização dos terrenos tende a impor um agravamento dos processos de periferização nos empreendimentos. Ou seja, o preço dos imóveis faz com que a população de baixa renda seja “empurrada” dos centros para a periferia. Também é descrito por Amore *et al.* (2015) que a precariedade dos espaços coletivos, a ausência de espaços públicos que estimulem a integração e sociabilidade nos empreendimentos com a vizinhança, dificulta a permanência e a vinculação no território pela população atendida. Observa-se que diversos empreendimentos são negociados pois não há identidade do morador com o imóvel ou com o local, apenas vislumbra-se uma vantagem financeira.

Ao considerar a problemática que contribui para que os moradores de empreendimentos de interesse social abandonem os imóveis, este trabalho propõe uma análise dessa mesma questão no bairro Shopping Park em Uberlândia – MG.

O Bairro se iniciou por volta dos anos 2000, com terrenos de baixo preço, ruas sem infraestrutura e de difícil acesso. Este bairro localiza-se na zona sul de Uberlândia (Figura

3), é próximo de condomínios de alto padrão, universidades e Shoppings. Em 2009, com a criação do PMCMV foi assinado convênio para a construção de 08 (oito) empreendimentos habitacionais de interesse social, sendo eles: Residencial Xingu, Residencial Vitoria Brasil, Residencial Villareal, Residencial Vilanova, Residencial Sucesso Brasil, Residencial Tapajós e Residencial Parque dos Jacarandás I e II. Todos entregues entre setembro de dezembro de 2011, sendo construídas mais de 3000 (três mil) unidades habitacionais (UH) à população de Uberlândia. A entrega dos empreendimentos gerou grande especulação imobiliária, fazendo os preços dos terrenos, antes muito baratos, quadruplicarem de valor.

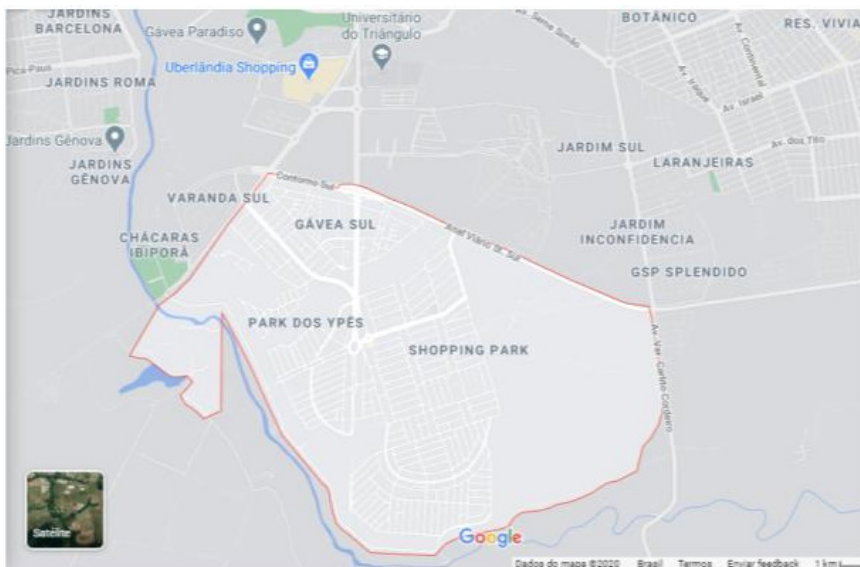


Figura 3 – Delimitação do Bairro Shopping Park

Fonte: Google Maps (2020)

Na ocasião da inauguração, as UH foram entregues sem piso e sem muros. Demais obras de infraestrutura, tais como de muros de arrimo, também não foram construídas. Não havia equipamentos comunitários como escolas, creches, postos de saúde e postos policiais. O transporte urbano era deficitário e a população enfrentava dificuldade de mobilidade. O simples ato de se locomover até um supermercado era difícil, pois na data de entrega dos empreendimentos, haviam apenas pequenos mercados de bairro.

Em 2013 uma senhora de 78 anos, com mobilidade reduzida, moradora e beneficiária do programa MCMV, morreu carbonizada dentro de sua residência. Moradores e a imprensa alegaram que se tratava de problemas elétricos e que as casas eram de baixa qualidade, o que gerou uma série de reclamações referente aos imóveis do bairro.

Diante deste cenário, a Caixa Econômica Federal (CEF) disponibilizou uma linha direta para atendimento das reclamações dos moradores. Algumas casas abandonadas também foram incendiadas criminalmente no mesmo período. Os índices de criminalidade do bairro eram altos e existiam muitos saques à imóveis. Diante deste cenário, diversos moradores acabaram abandonando suas residências.

Em 2015 o Governo Federal anunciou a colocação de pisos cerâmicos nos imóveis. Como condição para realização da melhoria, exigiu-se que os beneficiários originais do programa estivessem habitando as residências. Essa ação resultou no retorno de vários moradores ao bairro.

No mesmo ano, após uma ação judicial conjunta, vários moradores conseguiram que as construtoras efetuassem a construção de muro de arrimo nas residências. Uma decisão judicial determinou que o acompanhamento e o pagamento das obras fossem realizados pela CEF com recurso do FAR.

A CEF hoje possui um canal de comunicação direta para reclamações e denúncias do MCMV, o Programa de Olho na Qualidade (0800 721 6268). Este canal recebe queixas dos beneficiários sobre vícios construtivos. As reclamações procedentes são encaminhadas para as construtoras, com prazos definidos para execução de reparo. Essa ação é válida até o imóvel atingir 10 anos, contudo, observa-se que muitos dos vícios hoje destacados pelos moradores são oriundos de alterações na estrutura física e falta de conservação do imóvel.

Os imóveis atingidos por incêndios não criminosos, explosões, desmoronamentos e desastres naturais são reparados com recursos do FAR. Uma condição para o reparo do imóvel (similar a um seguro residencial), é que o beneficiário original seja o residente.

O Estatuto das Cidades por meio da lei 10.257/2001 reforça um direito fundamental do ser humano, o direito à cidade e habitação, garantido pela Constituição de 1988. Ou seja, moradia digna, com acesso às infraestruturas urbanas, como saneamento, eletricidade, escolas e postos de saúde.

O acesso a uma residência, que vai além da disponibilidade da habitação e se enquadra no conceito de 'moradia adequada', pressupõe boas condições físicas do imóvel, adequação da moradia à ordem jurídica, dando ensejo à segurança jurídica da posse e inserção da moradia no planejamento urbano da cidade.

4 | AÇÕES IMPLANTADAS PARA AUMENTO DO SENSO DE PERTENCIMENTO

O desenvolvimento do programa social DIST- SHOPPING PARK, executado pela equipe da Universidade Federal de Uberlândia, UFU, coordenado pela Prof.^a Dra. Glauca Carvalho Gomes, coordenadora do Projeto DIST – SHOPPING PARK atendeu as diretrizes do programa promovido pelo Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal com o intuito de promover o desenvolvimento integrado e sustentável do território e dos

sujeitos que o habitavam, a partir de ações que promoveram a autonomia do sujeito e a sustentabilidade em todas as dimensões do território. (Figura 4).



Figura 4 – Logomarca do DIST – SHOPPING PARK
Caixa Econômica Federal (2020).

A implantação do projeto do DIST-SHOPPING PARK teve como um dos objetivos a construção, juntamente com os moradores do bairro Shopping Park, de uma proposta de formação comunitária melhorada, que levasse ao desenvolvimento conjunto de uma consciência individual e ao mesmo tempo uma visão empática que engloba o cuidado com outros moradores. Esta concepção de cuidado mútuo reforça laços de solidariedade como estratégia de sustentabilidade no território. Portanto, estas ações que tiveram como objetivo inicial o diagnóstico da comunidade existente (com todas as suas potencialidades e fragilidades) e a elaboração de um projeto político e pedagógico, onde foram implantadas ações buscando a construção de uma comunidade nesta localidade.

As ações deste processo foram elaboradas com o desafio de demonstrar para a comunidade a importância de seu envolvimento e os benefícios sociais advindos do engajamento dos moradores. Da mesma forma, houve o desafio de mostrar, por meio de várias ações, que a implantação do programa se tratava da construção de um projeto com a participação da comunidade e quais os benefícios sociais e sustentáveis seriam advindos da sua implantação. Trabalhou-se o conceito de desenvolvimento coletivo, em detrimento à ideia de busca de vantagens e benefícios pessoais, apresentando-se alternativas viáveis para fortalecimento do senso de coletividade, solidariedade e comunidade no território habitado.

Com o objetivo de envolvimento popular, o diagnóstico da situação não pôde ser construído unilateralmente, partindo-se do pressuposto que o conhecimento técnico ou científico preestabelecido determinaria as ações que seriam tomadas. Neste sentido

buscou-se principalmente ouvir e registrar as demandas da comunidade e as propostas coletivas. A partir da coleta destes dados, iniciou-se o processo de compreensão dos anseios da comunidade, o que possibilitou a elaboração de um projeto com a participação e o envolvimento popular.

Inicialmente elaborou-se um diagnóstico da realidade do território do bairro Shopping Park, com o intuito de construir um projeto voltado para as reais necessidades da comunidade. A temática do projeto abordou 04 (quatro) eixos no desenvolvimento do trabalho na comunidade: Governança Territorial, Promoção Sociocultural, Gestão Ambiental e Dinamização Econômica. (Figura 5). O presente trabalho abordará o enfoque nos eixos de Governança Territorial e Dinamização Econômica.

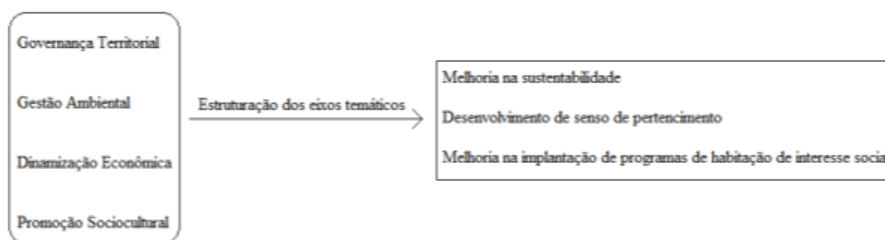


Figura 5 – Estudos temáticos do Programa DIST SHOPPING PARK

Fonte: os autores.

De acordo com o plano metodológico apresentado para a CEF, o eixo estruturante de Governança Territorial visou o fortalecimento de lideranças no território e formação de novas lideranças, cujo intuito era o de estimular a ocupação do território por meio da construção de laços e estratégias indutoras do desenvolvimento integrado e sustentável.

Esta estratégia priorizou dentre várias ações, o protagonismo local, por meio da formação (desenvolvimento de novas capacidades e habilidades ou potencialização daquelas já existentes) de atores territoriais como gestores/líderes/mobilizadores. Durante o processo buscou-se identificar e estimular perfis de lideranças, de forma que pudessem ser trabalhadas lideranças políticas, artísticas, empreendedoras, culturais, dentre outras, fortalecendo novos potenciais no território, conforme Tabela 1.

Ação do programa	Objetivo
Participação dos agentes comunitários em decisões e realizações percurso do projeto e do desenvolvimento territorial.	A ação baseia na premissa de que a prática e a experiência são formativas quando plenamente exercitadas. Assim, ao se promover a participação de agentes dos territórios na construção e tomadas de decisões, possibilitava-se que cada ação desenvolvida pudesse ser vista em sua totalidade (o que antecedia, a ação em si e meio de avaliação de alcance da mesma), desenvolvendo nos e com os agentes do território a ideia necessária construção da totalidade da ação.
Constituição e reconhecimento de instâncias comunitárias de governança territorial (planejamento e gestão do desenvolvimento territorial)	O local habitado, necessariamente, deveria permear as ideias e representações sobre si, o que exigia o desenvolvimento de ações que fomentasse os sujeitos do território a se verem na intrínseca articulação casa-bairro-setoridade, buscando a ampliação da visão do ser para além da individualidade.
Elaboração/implementação de instrumentos de planejamento do desenvolvimento territorial	A adoção de instrumentos de planejamento visava a construção da totalidade da ação que se desenvolveria no tempo futuro, mas que, no tempo presente, permitiria visualizar aonde se buscava chegar e o que se almejava alcançar e, dessa forma, estabelecer procedimentos (passo a passo) que, articulados, poderiam levar ao alcance das metas estabelecidas e, também, analisar o processo, visando aperfeiçoá-lo.

Tabela 1 – Estratégias de fortalecimento de lideranças locais

Fonte: Caixa Econômica Federal (2020).

Com o objetivo de viabilizar o projeto metodológico, foi necessário o desenvolvimento de parcerias com diversos entes governamentais das esferas municipais, estaduais e federais. Além dessas parcerias, também houve a necessidade de integrar o conhecimento de Instituições, Escolas, Universidades, de entes empresariais e não governamentais. O envolvimento de todos estes organismos demandou o mapeamento de instituições já presentes no território e o aproveitamento de trabalhos já existentes. Os benefícios oriundos destas ações se concretizaram na execução de horta comunitária e implantação de programas de qualificação de mão de obra de bordado e costura, com o apoio de cursos oferecidos sem custos para a população.

Foi estabelecido o diálogo com a comunidade, não apenas por meio de entrevistas domiciliares, mas também através de conversas nos equipamentos públicos existentes e em rodas de diálogo que foram realizadas periodicamente. Identificou-se os vários fatores que impactaram negativamente o sentimento de pertencimento ao território. Com base em relatos da população observou-se diversos motivos que impactaram na diminuição do senso de pertencimento:

- Sentimento de descaso, devido a projetos sociais anteriormente abandonados;
- Promessas não cumpridas por agentes políticos;
- Insuficiência de escolas;
- Escassez de equipamentos de saúde e sociais;
- Ausência de estrutura de comércio e lazer no bairro;
- Desemprego;
- Relacionamentos deficientes entre vizinhos e lideranças.

Este método de avaliação foi implantado em todo processo, por se tratar de um diagnóstico, construção e reconstrução conjunta, onde os saberes da comunidade foram reconhecidos e valorizados na busca constante de novos espaços comunitários, físicos e organizacionais. Foi desenvolvida uma metodologia com prioridade na oitiva e percepção, com foco nas verdadeiras necessidades e expectativas dos diversos grupos, pois criou-se condições favoráveis para o envolvimento da comunidade nas ações, como por exemplo: uma atividade para as mulheres que acontecia num espaço e horário em que estas pudessem contar com uma rede de apoio especializada, que cuidava de seus filhos, durante a realização do evento.

O desenvolvimento de trocas de experiências entre técnicos sociais e detentores do saber acadêmico possibilitou a implantação de ações sociais com grande alcance na comunidade, tais como: cursos profissionalizantes, atividades de esporte, lazer e entretenimento, dentre as quais destaca-se:

- Ballet e jazz;
- Capoeira;
- Consultoria para estruturação do seu próprio negócio (Empreendedorismo);
- Curso de bordado em pedraria e Customização de roupas;
- Curso de cabelereiro básico e intermediário;
- Curso de corte e costura;
- Curso de criação de figurino;
- Curso de Culinária, ornamentação de festas e buffet;
- Curso de manicure e pedicure;
- Curso de maquiagem e design de sobrancelhas;
- Curso de produção, edição de vídeos e imagens;

- Curso de fabricação de sacolas ecológicas;
- Dança de salão;
- Danças Urbanas;
- Desenho e pintura;
- Flauta Doce;
- Formação de lideranças: políticas sociais e cidadania, elaboração de projetos, captação de recursos, gestão de projetos;
- Futsal;
- Ginástica e qualidade de vida;
- Horta doméstica e plantas medicinais;
- Karatê;
- Reforço e acompanhamento escolar;
- Teatro;
- Viola caipira;
- Violão;
- Vôlei.

Após a implantação do programa, realizou-se entrevistas com moradores, abordando-se principalmente a temática do impacto social do programa naquele território. As informações coletadas demonstram que a implantação das ações melhorou o processo de inclusão do indivíduo naquela localidade. Apesar da sensação de pertencimento em relação ao território se tratar de um processo longo, tais ações sociais são importantes e devem ser consideradas em programas habitacionais de interesse social. Além da implantação, o êxito das atividades de inclusão social depende do monitoramento constante, que foi feito durante toda duração do programa social.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações levantadas neste estudo, verificou-se que os projetos sociais na área de habitação de interesse social se estabelecem normalmente com propostas de desenvolvimento por meio de ações pré-definidas, contudo, observou-se que há maior êxito em programas elaborados a partir da oitiva da comunidade, em que os moradores participem da construção das atividades e ações. Portanto, os projetos comunitários não devem ser implantados a partir de estudos técnicos prévios sem a opinião dos moradores,

pois seu êxito está diretamente ligado à participação popular.

Outro aspecto crucial no êxito de programas sociais é a implantação de ações sólidas e permanentes de acompanhamento e avaliação, para todos os cursos e demais atividades. Estas ações foram interpretadas pela comunidade como gestos de atenção e cuidado com os participantes, que ao se sentirem valorizados, estabeleceram vínculo e compromisso com as ações do projeto. Além disto, foi estabelecido um canal horizontal de comunicação, onde os participantes sentiram, que além de estarem fazendo um curso profissionalizante ou uma atividade esportiva ou de lazer, tinham um espaço aberto para troca de informações sobre o território, seu cotidiano, oportunidade de fazerem proposições, críticas, sugestões, amizades, relações profissionais e de divulgação comercial. Esta forma de condução do projeto aumentou o senso de pertencimento do indivíduo em relação ao território.

Estas estratégias estabeleceram redes de relacionamento e mudanças comportamentais que contribuíram fortemente para aumentar o senso de pertencimento, uma vez que, ao participarem das ações do projeto, os moradores foram encontrando maneiras de provimento de renda, ao mesmo tempo que encontraram público consumidor para os seus produtos e relacionamentos diversos dentro de seu território. Território esse que inicialmente foi imposto pela política habitacional e que muitas vezes era visto como indesejado e transitório. Contudo, observa-se que após o crescimento dos vínculos da comunidade o olhar sobre o território teve outro significado.

Estas estratégias determinaram a construção de um projeto que pode ser referência futura para territórios onde serão implantadas moradias populares em grande escala, com entrega simultânea.

Importante ressaltar que não se pode tratar a temática social com projetos pré-concebidos porque deve-se partir do pressuposto que cada território tem suas peculiaridades, suas vocações e suas construções específicas.

A grande relevância deste projeto é a concepção participativa desde a escolha das atividades e da escuta atenciosa dos participantes. A consolidação das atividades se deu por meio do estabelecimento da relação horizontal da equipe gestora com os indivíduos, considerados e reconhecidos como protagonistas daquele território.

REFERÊNCIAS

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 428 p.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**.

BRASIL. **Lei Nº 10.257, de 10 julho de 2001**.

BOGHOSSIAN, Paul. **Fear of knowledge: Against Relativism and Constructivism**. Oxford University Press, 2006

CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. “**Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC**”. In: CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. *Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018 (p. 17-48).

FACEBOOK. **Página rede social DIST – SHOPPING PARK**. Disponível em: <https://www.facebook.com/distshoppingpark/about/?ref=page_internal> Acesso em: 14 de outubro de 2020.

FAVARETO, A.; DENALDI, R.; OLIVEIRA, C. L. S.; CONSTANTINO, C. A. S. **Política Habitacional: Novas Urbanidades e Ruralidades**. Salvador: UFBA; Escola de Administração; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

FISCHER, T. M. D. **Instituições, Interorganizações e Gestão do Desenvolvimento Territorial**. Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação à Distância, 2019.

FRANÇA FILHO, G. C. **Economia e Desenvolvimento**. Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação à Distância, 2019. 97 p.

GOTTMANN, J. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia. V. 2, nº 3, 2012 (p. 523-545).

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. **Territorialidade e identidade: Um patrimônio no desenvolvimento territorial**. Caderno prudentino de geografia. v.1, n. 31, Presidente Prudente, 2009.

SOARES, R. **O não-lugar da comunicação comunitária: um estudo sobre a estratégia de comunicação aplicada ao programa Minha Casa Minha Vida em Salvador/BA**. Anais do XI Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Abrapcorp: Belo Horizonte, 2017. Disponível em: Acesso em: 3 de maio de 2019.

TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: Conceito**. Revista de Administração Pública Rio de Janeiro: EBAPE/ FGV, vol. 32, no. 5, set/out/98, p. 7-23.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura familiar 7, 92, 94, 101, 102, 105, 108, 121, 127, 145, 217, 219, 220, 225, 226, 227

Agricultura Urbana 7, 84, 96

Água 6, 27, 28, 36, 40, 42, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 74, 83, 148, 150, 159, 170, 171, 172, 173, 185, 186, 201, 227, 236, 238, 239, 252, 254, 258, 259, 261

Áreas Verdes 229, 233, 234, 244, 254, 256, 257, 259, 260, 261, 264, 266, 267, 269

B

Biogeografia 6, 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 169

Bríofitas 8, 169, 170, 171, 172, 174, 176, 177, 178, 179

C

Cancro Sapiens 7, 129, 131, 137

Capitalismo Financeiro 6, 13, 14, 15, 19, 23

Catalão 7, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 193, 194, 229, 236, 265, 266, 267, 268, 269

Chuvas 7, 41, 44, 54, 135, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 232, 246, 247, 248, 252, 258, 266

Cisternas 6, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64

Clima 6, 8, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 135, 146, 147, 159, 160, 162, 164, 168, 172, 193, 229, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269

Clima Urbano 8, 229, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 241, 243, 248, 249, 250, 251, 253, 255, 265, 266, 268

Cocais 8, 217, 218, 219, 220, 221, 226, 227

Comercialização 7, 89, 92, 101, 102, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 117, 135, 181, 217, 226

Curitiba 103, 114, 115, 120, 122, 124, 126, 128, 145, 178, 179, 245, 266, 267

D

Desenvolvimento 1, 2, 4, 5, 9, 10, 11, 21, 37, 38, 53, 54, 55, 56, 58, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 77, 78, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 96, 97, 102, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 124, 126, 127, 128, 135, 140, 142, 144, 145, 161, 162, 168, 173, 181, 186, 188, 191, 200, 201, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 240, 243, 244, 246, 247, 251, 252, 267

Deslizamentos 160, 161, 162, 163, 247, 248, 257

E

Educação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 24, 26, 28, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 54, 56, 73, 90, 91, 134, 192, 206, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 226, 227, 261, 267, 307

Educação Ambiental 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 192, 261

EJA 6, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

EL NIÑO 43

F

Fome 6, 18, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 55, 94, 228

G

Geografia 2, 5, 6, 1, 5, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 32, 37, 38, 39, 65, 71, 79, 80, 81, 82, 84, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 101, 102, 107, 112, 128, 140, 150, 159, 169, 172, 192, 193, 194, 196, 199, 200, 216, 228, 265, 266, 267, 268, 269, 307

Geografia alimentar alternativa 84, 90, 96

Gestão 58, 59, 61, 62, 63, 92, 105, 114, 115, 120, 124, 128, 139, 162, 181, 191, 192, 203, 205, 206, 211, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 223, 225, 226, 228, 245, 268, 307

Globalização da economia 65, 67, 144

I

Identidade 65, 79, 122, 197, 201, 204, 205, 207, 216, 219

Inclusão 8, 63, 105, 122, 201, 214, 219, 227

L

Lives 6, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Lixo 126, 180, 183, 184, 189, 191, 192

Lugar 22, 24, 37, 59, 60, 77, 78, 79, 106, 129, 147, 161, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 216, 233, 259, 278, 304

M

Malha Urbana 7, 146, 148, 155, 158, 243, 266, 267, 268

Meio Ambiente 2, 5, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 51, 55, 83, 115, 130, 135, 136, 139, 140, 162, 167, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 191, 192, 231, 238, 257, 265, 267, 307

Metais Pesados 8, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179

Microcervejarias 6, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 81, 82

Monitoramento 8, 7, 12, 105, 148, 169, 171, 177, 178, 179, 214, 219, 223, 245, 247, 248, 268

P

Paisagem 8, 8, 22, 85, 89, 163, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 252, 257, 260

Permacultura Urbana 6, 65, 66, 67, 71, 73, 76, 77, 78

Pertencimento 8, 4, 56, 195, 201, 204, 205, 206, 209, 212, 214, 215, 218, 219

Pluviômetros 146, 150, 151, 152

Pobreza 6, 5, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 55, 92, 183, 219

Política Alimentar Urbana 84, 90, 92, 93

Precipitação 39, 41, 42, 43, 46, 48, 49, 50, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 246, 247, 255

Produção 6, 7, 3, 4, 9, 16, 20, 21, 27, 28, 44, 53, 54, 55, 56, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 94, 96, 97, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 120, 121, 126, 127, 129, 131, 133, 134, 135, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 180, 181, 182, 183, 187, 197, 213, 219, 222, 223, 225, 227, 235, 240, 243, 267, 268, 269

R

Resíduos Sólidos 8, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192

Risco 7, 4, 9, 32, 34, 35, 78, 133, 160, 161, 162, 164, 168, 186, 247

S

Semiárido 6, 41, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 61, 62, 63, 64, 75

Setor Agroindustrial 7, 141, 143

T

Temperatura 6, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 76, 147, 148, 163, 172, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 238, 239, 243, 244, 251, 257, 258, 259, 260, 264, 265, 266, 267

Território 8, 6, 12, 19, 21, 32, 43, 54, 59, 65, 69, 70, 71, 79, 82, 117, 118, 119, 127, 128, 141, 142, 143, 144, 181, 186, 191, 194, 200, 201, 204, 205, 207, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 227, 228, 232, 268

Turismo 8, 79, 114, 115, 117, 118, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 162, 197, 271, 273, 274, 279, 292, 293, 304, 305

Geografia e Meio Ambiente

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Geografia e Meio Ambiente

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



 **Atena**
Editora

Ano 2021